

Autopista Fernão Dias S.A.

*Demonstrações Financeiras
Referentes aos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2009 e de
2008 (Em fase pré-operacional até
18 de dezembro de 2008) e Parecer
dos Auditores Independentes*

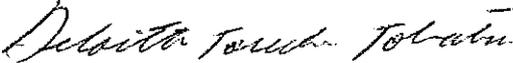
Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Autopista Fernão Dias S.A.
Pouso Alegre - MG

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Autopista Fernão Dias S.A., levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Sociedade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopista Fernão Dias S.A. em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os fluxos de caixa e os valores adicionados correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Campinas, 22 de fevereiro de 2010


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Helio Wellichen
Contador
CRC nº 1 SP 130122/O-0 S MG

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	2009	2008	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2009	2008
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	(3)	8.012	9.713	Empréstimos e financiamentos	(11)	2.176	503
Contas a receber	(4)	4.249	124	Contas a pagar sociedades ligadas	(12)	12.589	-
Despesas antecipadas	(5)	695	352	Fornecedores	(13)	14.590	27.152
Impostos a recuperar	(6)	558	316	Fornecedores - partes relacionadas	(12)	4.784	11.241
Outros ativos		3	6	Obrigações sociais	(14)	2.990	1.197
Total do ativo circulante		13.517	10.511	Obrigações fiscais	(15)	1.865	1.694
				Cauções contratuais	(16)	7.313	5.478
NÃO CIRCULANTE				Taxa de Fiscalização	(17)	713	660
Realizável a longo prazo:				Provisão para contingência	(18)	450	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7)	6.400	-	Outras contas a pagar	(19)	342	4.782
Despesas antecipadas	(5)	12	-	Total do passivo circulante		47.812	52.707
Depósitos judiciais	(18)	5.470	-				
Total do realizável a longo prazo		11.882	-	NÃO CIRCULANTE			
				Empréstimos e financiamentos	(11)	181.886	5.705
Imobilizado	(8)	330.613	175.493	Contas a pagar sociedades ligadas	(12)	110.000	112.149
Intangível	(9)	289	121	Total do ativo não circulante		291.886	117.854
Diferido	(10)	37.383	40.145				
Total do ativo não circulante		380.167	215.759	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social		68.001	56.001
				Prejuízos acumulados		(14.015)	(292)
				Total do patrimônio líquido		53.986	55.709
TOTAL DO ATIVO		393.684	226.270	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		393.684	226.270

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (EM FASE PRÉ-OPERACIONAL
ATÉ 18 DE DEZEMBRO DE 2008)

(Expressos em milhares de reais, exceto prejuízo por ação que está expresso em reais)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Receitas de pedágio		95.295	703
DEDUÇÕES DA RECEITA			
Impostos e contribuições		(7.908)	(53)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		<u>87.387</u>	<u>650</u>
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		(79.027)	(911)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		<u>8.360</u>	<u>(261)</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas administrativas		(10.714)	-
Remuneração da administração	(12)	<u>(646)</u>	-
		(11.360)	-
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(3.000)</u>	<u>(261)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	(23)	1.157	1
Despesas financeiras	(23)	<u>(18.280)</u>	<u>(32)</u>
		(17.123)	(31)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(20.123)</u>	<u>(292)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Diferidos	(7)	6.400	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(13.723)</u>	<u>(292)</u>
PREJUÍZO POR AÇÃO		<u>(0,20)</u>	<u>(0,01)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(Expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social subscrito</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007		1	-	1
Aumento de capital		56.000	-	56.000
Prejuízo do exercício		-	(292)	(292)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008		<u>56.001</u>	<u>(292)</u>	<u>55.709</u>
Aumento de capital	(21)	12.000	-	12.000
Prejuízo do exercício		-	(13.723)	(13.723)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		<u>68.001</u>	<u>(14.015)</u>	<u>53.986</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS
 FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
 (Expressas em milhares de reais - R\$)

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Fluxo de caixa de atividades operacionais:		
Prejuízo líquido	(13.723)	(292)
Ajustes para conciliar o prejuízo líquido ao caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.400)	-
Depreciação e amortização	11.895	316
Juros sobre contas a pagar a sociedades ligadas	7.517	379
Juros sobre empréstimos e financiamentos	9.242	31
Provisões para contingências	450	-
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber	(4.125)	(124)
Impostos a recuperar	(242)	-
Despesas antecipadas e outros ativos	(352)	(674)
Depósitos judiciais	(5.470)	-
Fornecedores	8.732	5.555
Fornecedores partes relacionadas e cauções contratuais	(44)	1.333
Obrigações sociais	1.793	977
Obrigações fiscais	171	53
Taxa de fiscalização	53	-
Outras contas a pagar	(3.148)	660
Caixa aplicado nas atividades operacionais	<u>6.349</u>	<u>8.214</u>
Fluxo de caixa de operações de investimentos:		
Aquisição de ativo intangível	(222)	(121)
Aquisição de ativo imobilizado	(182.193)	(127.019)
Aumento do ativo diferido	-	(36.983)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	<u>(182.415)</u>	<u>(164.123)</u>
Fluxo de caixa de atividades financeiras:		
Empréstimos e financiamentos:		
Captações	296.199	110.000
Pagamentos	(131.991)	(379)
Aumento de capital	12.000	56.000
Mútuos com sociedades ligadas:		
Imposto de renda retido na fonte sobre mútuo	(1.843)	-
Caixa oriundo das nas atividades financeiras	<u>174.365</u>	<u>165.621</u>
Aumento (redução) de caixa e bancos	<u>(1.701)</u>	<u>9.712</u>
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	9.713	1
Caixa e equivalentes de caixa - no fim do exercício	<u><u>8.012</u></u>	<u><u>9.713</u></u>
Divulgação complementar de informações sobre fluxos de caixa:		
Transações que não impactam o caixa:		
Compra de ativo imobilizado registrado em fornecedores	21.236	52.073
Compra de ativo imobilizado registrado em fornecedores partes relacionadas	4.578	-
Compra de ativo imobilizado registrado em outras contas a pagar	1.293	-
Juros capitalizados no exercício	9.170	2.149

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (EM FASE
PRÉ-OPERACIONAL ATÉ 18 DE DEZEMBRO DE 2008)
(Expressas em milhares de reais)

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
RECEITAS		
Receita de serviços	<u>95.295</u>	<u>703</u>
	95.295	703
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custos dos serviços prestados e da concessão	(26.334)	(162)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<u>(34.150)</u>	<u>(368)</u>
	(60.484)	(530)
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>34.811</u>	<u>173</u>
DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	(11.895)	(316)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	<u>22.916</u>	<u>(143)</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	1.157	1
Juros capitalizados	<u>9.170</u>	<u>2.149</u>
	10.327	2.150
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>33.243</u>	<u>2.007</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e encargos:		
Remuneração direta	12.059	39
Benefícios	2.467	24
FGTS	773	3
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais	(111)	26
Municipais	4.421	27
Remuneração de capitais de terceiros:		
Juros	18.071	31
Juros capitalizados	9.170	2.149
Aluguéis	116	-
Remuneração de capitais próprios:		
Prejuízo do exercício	<u>(13.723)</u>	<u>(292)</u>
	<u>33.243</u>	<u>2.007</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Fernão Dias S.A. ("Sociedade") foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público precedida da execução de obra pública, representado pelos serviços de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração do lote rodoviário BR 381-MG/SP, compreendendo o trecho entre Belo Horizonte - São Paulo, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 05, de conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, e com o Contrato de Concessão. O prazo de concessão é de 25 anos, contado a partir de 15/02/08, quando foi publicado no Diário Oficial da União o Contrato de Concessão.

A Sociedade assumiu os seguintes principais compromissos relativos à construção e manutenção, decorrentes da concessão:

- 88 km de terceira faixa;
- 94,16 km de vias laterais;
- 10,3 km de variantes/contornos;
- Construção de 50 passarelas;
- Construção de 8 praças de pedágio;
- Construção de 12 bases de serviços de atendimento ao usuário;
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem;
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, os investimentos para atender os compromissos de manutenção nos próximos cinco anos, estão estimados em R\$ 592 milhões e R\$ 764 milhões, respectivamente (informação não auditada pelos auditores independentes).

Até 31 de dezembro de 2009 e de 2008, respectivamente, foram gastos R\$ 182 milhões e R\$ 164 milhões, para fazer face aos investimentos de construção, previstos nos contratos de concessão.

As seguintes praças de pedágio estão em operação:

- Santo Antônio do Amparo e Itatiaiuçu, iniciadas em dezembro de 2008;
- Vargem, São Gonçalo do Sapucaí, Carmo da Cachoeira, Carmópolis de Minas e Cambuí, iniciadas durante o primeiro trimestre de 2009.

A praça de pedágio de Mairiporã ainda não entrou em operação, sendo que as obras estão em andamento com previsão para início das operações em Abril de 2010.

Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não pagará ao poder concedente, pela exploração dos lotes mencionados, nenhum ônus fixo e/ou variável pelo direito de concessão.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e na Comissão de Valores Mobiliários - CVM e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

As principais práticas contábeis adotadas pela sociedade são:

2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos, e possuem vencimentos inferiores a 30 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2.2. Realizável à longo prazo

Representado substancialmente pelo crédito de imposto de renda e contribuição social calculado sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias e por depósitos judiciais.

2.3. Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou de construção, deduzido das depreciações e amortizações, estabelecidas segundo as taxas divulgadas na nota explicativa nº 8, limitada ao prazo da concessão e, quando aplicável, reduzido ao valor de recuperação.

2.4. Intangível

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização calculada de acordo com a vida útil estimada dos ativos e, quando aplicável, reduzido ao valor de recuperação.

2.5. Diferido

Representado por despesas pré-operacionais incorridas até 31 de dezembro de 2008, para implantação da concessão (nota explicativa nº 10) e, quando aplicável reduzido, ao valor de recuperação.

Conforme determinado pela Lei nº 11.638/07 e instrução normativa nº 449/08, despesas que forem incorridas a partir de janeiro de 2009, relacionados aos gastos pré-operacionais, são lançadas diretamente no resultado do exercício, quando incorridas.

2.6. Empréstimos e financiamentos

São contabilizados ao valor original acrescidos da atualização monetária e dos juros e deduzidos dos encargos antecipados, que são apropriados no período de vigência do financiamento.

Os juros sobre empréstimos e financiamentos obtidos para investimentos são capitalizados até a data em que o bem financiado entra em operação.

2.7. Taxas de fiscalização pela concessão

Refere-se à verba de fiscalização da concessão devida, conforme cláusula estipulada em contrato, à ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres. O valor pactuado é corrigido anualmente com base na tarifa de pedágio.

2.8. Participação dos empregados nos lucros ou resultados

A Sociedade concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores. O pagamento dessas participações está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Os valores apurados ao final do exercício são apropriados ao resultado.

2.9. Receita de pedágio

É reconhecida pelo regime de competência, ou seja, quando da utilização das rodovias pelos usuários.

2.10. Resultado por ação

É calculado com base no número de ações integralizadas até a data do balanço.

2.11. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer da Administração da Sociedade o uso de estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos e despesas registradas, bem como a divulgação das demonstrações financeiras. Os resultados efetivos dessas transações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se às taxas de depreciação e amortização.

2.12. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apurados e registrados com base no resultado tributável, ajustado na forma legal, sendo o imposto de renda calculado à alíquota de 15% sobre o lucro real acrescido de adicional de 10% sobre o lucro real mensal excedente a R\$ 20. A contribuição social foi calculada com base na alíquota de 9%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados sobre diferenças temporárias existentes entre a apuração de resultados societários e fiscais, prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social.

Autopista Fernão Dias S.A.

3. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Caixa e bancos	1.180	9.713
Aplicações financeiras	<u>6.832</u>	-
Total caixa e equivalentes de caixa	<u>8.012</u>	<u>9.713</u>

As aplicações financeiras estão representadas por CDB - Certificado de Depósito Bancário, são de liquidez imediata e remuneradas por juros que variam de 101,5% a 103% do CDI.

4. CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, estão representadas por:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Pedágio eletrônico a receber	3.738	86
Cupons de pedágio a receber	<u>511</u>	<u>38</u>
Total	<u>4.249</u>	<u>124</u>

Os valores a receber vencem em até 30 dias e não há créditos em atraso.

5. DESPESAS ANTECIPADAS

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, estão representadas por:

	<u>2009</u>		<u>2008</u>
	<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>	<u>Curto prazo</u>
Seguros	424	-	352
Adiantamento a fornecedores	233	-	-
Outros	<u>38</u>	<u>12</u>	-
Total	<u>695</u>	<u>12</u>	<u>352</u>

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, estão representadas por:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
IRRF* sobre aplicações financeiras	553	316
Outros impostos a recuperar	<u>5</u>	-
Total	<u>558</u>	<u>316</u>

* Imposto de renda retido na fonte.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, estão representados por:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>Resultado</u>
Ativo não circulante:			
Sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	6.400	-	6.400

O ativo registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, aprovadas pelos órgãos da administração da Sociedade, considerando, também, que a compensação dos prejuízos fiscais é limitada a 30% do lucro tributável do exercício, determinado de acordo com a legislação fiscal brasileira.

As projeções de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho da economia brasileira, volume e preço de venda dos serviços prestados, alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e aos valores reais e estão ajustadas a valor presente.

Com base nessas projeções de resultados tributáveis futuros, a Sociedade estima recuperar os créditos tributários sobre os saldos dos prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social nos seguintes exercícios:

	<u>2009</u>
2015	1.268
2016	2.658
2017	<u>2.474</u>
Total	<u>6.400</u>

O resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro reflete a estrutura tributária da Sociedade, como, a expectativa de realização das diferenças temporariamente indedutíveis, a existência de receitas não tributáveis, as despesas não dedutíveis e das diversas outras variáveis, não existindo uma correlação direta entre o lucro líquido da Sociedade com a base dessa tributação. Portanto, a evolução da utilização dos prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social não deve ser considerada como um indicativo de lucros futuros da Sociedade.

8. IMOBILIZADO

Os saldos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 estão representados por:

	<u>2009</u>			<u>2008</u>	
	<u>Taxas anuais de depreciação - %</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Valor líquido</u>
Em operação:					
Imobilizado em Rodovia - Obras e Serviços	4	88.128	(3.105)	85.023	1.403
Pavimento e recapeamentos	4	159.034	(8.675)	150.359	77.080
Equipamento mobiliário	20	1.144	(208)	936	813
Móveis, utensílios e instalações	10	376	(39)	337	229
Benfeitorias em bens de terceiros	10	12	-	12	12
Outras imobilizações	10	5.129	(516)	4.613	1.239
Imobilizações em andamento		82.267	-	82.267	88.056
Adiantamento a fornecedores		<u>7.066</u>	-	<u>7.066</u>	<u>6.661</u>
Total do imobilizado		<u>343.156</u>	<u>(12.543)</u>	<u>330.613</u>	<u>175.493</u>

A movimentação dos saldos do Imobilizado estava representada por:

	<u>Custo em 2008</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferência</u>	<u>Baixas</u>	<u>Custo em 2009</u>
Em operação:					
Imobilizado em Rodovia - Obras e Serviços	1.423	87.454	(750)	-	88.127
Pavimento e recapeamentos	80.429	81.850	(3.246)	-	159.033
Equipamento mobiliário	849	323	(28)	-	1.144
Moveis, utensílios e instalações	236	140	-	-	376
Benfeitorias em bens de terceiros	12	-	-	-	12
Outras imobilizações	1.290	3.840	-	-	5.130
Em andamento:					
Imobilizações em andamento	88.000	99.075	(104.808)	-	82.267
Adiantamento a fornecedores em curso	<u>6.661</u>	<u>9.067</u>	<u>(8.661)</u>	-	<u>7.067</u>
	178.900	281.749	(117.493)	-	343.156
	<u>Depreciação Acumulada em 2008</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferência</u>	<u>Baixas</u>	<u>Depreciação Acumulada em 2009</u>
Em operação:					
Imobilizado em Rodovia - Obras e Serviços	(20)	(3.085)	-	-	(3.105)
Pavimento e recapeamentos	(3.293)	(5.382)	-	-	(8.675)
Equipamento mobiliário	(36)	(172)	-	-	(208)
Moveis, utensílios e instalações	(7)	(32)	-	-	(39)
Outras imobilizações	<u>(51)</u>	<u>(465)</u>	-	-	<u>(516)</u>
	(3.407)	(9.136)	-	-	(12.543)
Saldo Líquido	<u>175.493</u>	<u>272.613</u>	<u>(117.493)</u>	-	<u>330.613</u>

As adições ao ativo imobilizado, ocorridas após a contratação da concessão, cuja vida útil estimada seja superior ao período da concessão, são depreciadas com base no período do contrato de concessão e reduzidos ao valor de recuperação quando aplicável.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, foram capitalizados na rubrica de imobilizações em andamento os montantes de R\$ 9.170 e R\$ 2.149, respectivamente, de encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos obtidos com terceiros e mútuos com partes relacionadas.

A Sociedade, em atendimento ao CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, efetuou teste de recuperação nos bens do ativo imobilizado. Com base nos estudos efetuados, não foram identificados ativos que necessitem de provisão para redução ao seu valor de recuperação.

9. INTANGÍVEL

Os saldos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 estão representados por:

	2009				2008
	<u>Taxa anual amortização (%)</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Valor líquido</u>
Direito de Uso de Software	<u>20</u>	<u>348</u>	<u>(59)</u>	<u>289</u>	<u>121</u>
Total do intangível	<u>20</u>	<u>348</u>	<u>(59)</u>	<u>289</u>	<u>121</u>

A Sociedade, em atendimento ao CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos efetuou teste de recuperação nos bens do ativo imobilizado. Com base nos estudos efetuados, não foram identificados ativos que necessitem de provisão para redução ao seu valor de recuperação.

10. DIFERIDO

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, estão representadas por:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Pessoal/Administradores	6.576	6.576
Consumo	8.659	8.659
Custos Contratuais da Concessão	8.876	8.876
Depreciação/Amortização	3.183	3.183
Conservação da Rodovia	9.473	9.473
Serviços de Terceiros	1.837	1.837
Tributárias	2.229	2.229
Resultado Financeiro	(690)	(663)
Outros	<u>2</u>	<u>2</u>
Subtotal	40.145	40.172
Amortização Acumulada	<u>(2.762)</u>	<u>(27)</u>
Total	<u>37.383</u>	<u>40.145</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais para implantação da concessão. Esses gastos são amortizados em 10 anos, a partir do início das operações. Eventuais gastos pré-operacionais incorridos após 1º de janeiro de 2009, caso existam, será lançados diretamente como despesas do exercício a que se referem.

A Sociedade, em atendimento ao CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos efetuou teste de recuperação dos custos diferidos. Com base nos estudos efetuados, não foi identificada a necessidade de provisão para redução ao seu valor de recuperação.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os saldos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 estão representados por:

<u>Instituições credoras</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimentos até</u>	<u>2009</u>		<u>2008</u>	
			<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>	<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>
Finame Votorantim (a)	TJLP + 2,6% a.a.	15/10/2013	1.370	3.690	323	3.885
Finame Itaú (b)	TJLP + 2,6% a.a.	30/08/2013	506	1.323	180	1.820
BNDDES (c)	TJLP + 3,58% a.a.	15/01/2011	703	176.905	-	-
Encargos Financeiros			<u>(403)</u>	<u>(32)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total			<u>2.176</u>	<u>181.886</u>	<u>503</u>	<u>5.705</u>

A Sociedade capitalizou no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 o percentual médio de 39% dos juros sobre os empréstimos e financiamentos, conforme nota explicativa nº 2.6.

Em 31 de dezembro de 2009 as parcelas relativas ao principal dos financiamentos à longo prazo, apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>2009</u>
2011	178.704
2012	1.840
2013	<u>1.342</u>
Total	<u>181.886</u>

- a) Contrato modelo Finame, firmado junto à instituição financeira Votorantim, para a aquisição de sistemas de monitoramento de tráfego e sistemas de energia para as praças de pedágio e nova sede administrativa. As garantias em 31 de dezembro de 2009 estão representadas por aval dos acionistas e notas promissórias no valor de cada contrato.
- b) Contrato modelo Finame firmado junto à instituição financeira Itaú, para a aquisição de caminhões guincho. As garantias em 31 de dezembro de 2009 estão representadas por aval dos acionistas.
- c) Contrato de abertura de crédito firmado junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) em 10 de junho de 2009 para execução de serviços iniciais de recuperação, conservação, monitoramento contínuo, manutenção, melhoramentos, ampliação e operação da rodovia, além de aquisição de equipamentos e materiais necessários para a execução desses serviços, visando à exploração do Lote Rodoviário 05 (BR-381/MG/SP).

Parte do crédito liberado, no montante de R\$ 176.881 está garantido por aval dos acionistas e cartas fiança. O valor total do crédito junto ao BNDES é de R\$ 204.000 e o remanescente, no montante de R\$ 27.119, será liberado a medida que a execução dos serviços iniciais mencionados acima forem concluídos. Esse empréstimo vence em 15 de janeiro de 2011.

Esses empréstimos estão sujeitos a certas cláusulas restritivas que implicam em vencimento imediato nos casos de descumprimentos relacionados às seguintes condições:

Da Sociedade:

- Manter situação regular com suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente;
- Não constituir, salvo autorização prévia e expressa do BNDES, garantias com outros credores;
- Não constituir garantia real em virtude de determinação legal ou garantia em juízo, sem comunicar previamente e formalmente ao BNDES;
- Inadimplemento de qualquer obrigação da Sociedade ou da Controladora;
- Não alterar o controle efetivo da Sociedade após a contratação da operação sem prévia e expressa autorização do BNDES;
- Utilizar o total de créditos no prazo de 18 meses, a contar da data da assinatura do contrato ao abrigo das garantias constituídas neste Contrato;
- Em caso de redução de quadro de pessoal durante o período de vigência do contrato, oferecer programa de treinamento voltado para as oportunidades de trabalho na região e/ou recolocação dos trabalhadores em outras empresas;
- Cumprir o Contrato de Concessão de Serviço Público celebrado entre a União Federal por intermédio da ANTT.

Do Acionista:

- Não incluir a Sociedade em acordos societários, estatuto ou contrato social que impliquem em restrições a capacidade de crescimento, acesso a novos mercados e prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES;
- Não submeter à oneração, ações de sua propriedade e da Sociedade, à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos, que importem em modificações na atual configuração da Sociedade, sem a aprovação do BNDES;
- Não realizar distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre o capital próprio cujo valor, supere o percentual estabelecido por lei;
- Não promover atos ou medidas que prejudiquem ou alterem o equilíbrio econômico-financeiro da Sociedade;
- Tomar as providências necessárias para garantir o atendimento da finalidade da operação do empréstimo;
- Manter a razão entre a dívida líquida (dívida bruta - caixa e equivalentes de caixa), e o EBITDA (lucro antes dos impostos, depreciação, amortização e juros) inferior ou igual a 5 (cinco) vezes durante o cumprimento do contrato de financiamento;
- Apresentar ao BNDES o balanço trimestral auditado/revisado por empresa de auditores independentes registrados na CVM.

A Sociedade encontra-se em cumprimento dessas cláusulas.

12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a mútuo para capital de giro, contrato de serviços de construção, execução de obras e aluguéis.

Os saldos e as transações realizadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

	2009				Total
	Resultado	Passivo			
<u>Execução de obras</u>	<u>Fornecedores</u>	<u>Mútuo - circulante</u>	<u>Mútuo - não circulante</u>		
Partes relacionadas:					
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (a)	-	1.429	12.589	110.000	124.018
Empresas ligadas:					
Paulista Infra-Estrutura Ltda. (b)	9.433	824	-	-	824
Latina Manutenção de Rodovias (b)	28.253	2.248	-	-	2.248
Latina Sinalização de Rodovias (b)	7.054	236	-	-	236
Autopista Litoral Sul	-	47	-	-	47
Total	<u>44.740</u>	<u>4.784</u>	<u>12.589</u>	<u>110.000</u>	<u>127.373</u>

	2008			
	<u>Diferido</u> <u>Execução</u> <u>de obras</u>	<u>Passivo</u>		
		<u>Fornecedores</u>	<u>Mútuo - não</u> <u>circulante</u>	<u>Total</u>
Partes relacionadas:				
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (a)	2.528	1.474	112.149	113.623
Vianorte S.A. (c)	-	2	-	2
Empresas ligadas:				
Paulista Infra-Estrutura Ltda. (b)	3.410	3.410	-	3.410
Latina Manutenção de Rodovias (b)	<u>6.355</u>	<u>6.355</u>	-	<u>6.355</u>
Total	<u>12.293</u>	<u>11.241</u>	<u>112.149</u>	<u>123.390</u>

- a) Mútuo recebido através de sua controladora, Obrascon Huarte Lain Brasil S.A., com a finalidade de suprir a necessidade de capital de giro para aplicação nos investimentos iniciais da rodovia. Esse montante foi liberado através de oito contratos conforme informações abaixo:

<u>Data da</u> <u>liberação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos</u>	<u>Valor do</u> <u>principal</u>	<u>Saldo Devedor</u> <u>em 2009</u>	<u>Saldo Devedor</u> <u>em 2008</u>
04/09/2008	04/09/2012	CDI + 1,037% a.a.	10.000	11.362	10.395
17/09/2008	17/09/2012	CDI + 1,037% a.a.	13.000	14.711	13.458
28/11/2008	28/11/2012	CDI + 1,037% a.a.	12.000	13.257	12.128
05/11/2008	05/11/2012	CDI + 1,037% a.a.	17.000	18.926	17.315
06/10/2008	06/10/2012	CDI + 1,037% a.a.	13.000	14.622	13.376
27/10/2008	27/10/2012	CDI + 1,037% a.a.	13.000	14.520	13.283
05/12/2008	05/12/2012	CDI + 1,037% a.a.	16.000	17.636	16.134
19/12/2008	19/12/2012	CDI + 1,037% a.a.	<u>16.000</u>	<u>17.555</u>	<u>16.060</u>
Total			<u>110.000</u>	<u>122.589</u>	<u>112.149</u>

Os juros vencem anualmente no mês de dezembro, contados a partir de dezembro de 2010. Para os contratos cujo vencimento do principal ocorrer em data diferente do mês de dezembro, os juros incorridos serão pagos na mesma data do principal.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram incorridos juros no montante de R\$ 12.589.

As demais operações com a Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. referem-se a valores a pagar relativos a gastos iniciais na análise e levantamento qualitativo e quantitativo para a participação da OHL no leilão da concessão e notas de débito de despesas advocatícias e outras similares.

- b) Os saldos e transações com empresas ligadas, registrados em fornecedores, classificados no passivo circulante e resultado, respectivamente, são relativo às operações mercantis e referem-se aos serviços prestados em conservação de rotina e execução de obras nas rodovias.

O montante de remuneração pago pela Sociedade à seus administradores totalizou R\$ 646 no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 495 em 2008). Esse valor corresponde basicamente à remuneração da diretoria e respectivos encargos sociais. Esses diretores não recebem renda variável, não obtiveram nem concederam empréstimos à Sociedade nem possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade provê a seus empregados, benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Estes benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

13. FORNECEDORES E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 os saldos correspondes a R\$ 14.590 e R\$ 27.152, respectivamente, referem-se a compra de materiais, produtos, prestação de serviços e compra de imobilizado relacionados à exploração da concessão.

14. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, estão representadas por:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Encargos sociais e trabalhistas	656	344
Provisão para férias	905	367
Participação nos lucros e resultado (a)	940	220
Outras obrigações sociais	489	266
Total	<u>2.990</u>	<u>1.197</u>

(a) Refere-se saldo a pagar da participação nos lucros e resultados a seus empregados, conforme segue:

- Dos participantes

Os participantes nos resultados da Sociedade são os empregados com vínculo empregatício ou que foram demitidos no período de abrangência deste plano.

Participarão os empregados que não foram dispensados por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado.

- Definição dos valores

São considerados como critérios para a definição dos valores a serem pagos, os itens, aos quais serão atribuídos pesos conforme tabelas específicas. Os critérios são: tempo real trabalhado no período, absenteísmo, advertências e Suspensões.

15. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, estão representadas por:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	209	287
PIS - Programa de integração social	65	5
COFINS - Contribuição para financiamento da seguridade social	302	21
Outros tributos federais	616	742
Outros tributos municipais	673	639
Total	<u>1.865</u>	<u>1.694</u>

16. CAUÇÕES CONTRATUAIS

Os saldos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 estão representados por:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Passivos:		
Retenções de 5% referente a prestadores de serviços	<u>7.313</u>	<u>5.478</u>
Total	<u>7.313</u>	<u>5.478</u>

Refere-se à retenção de 5% do valor das notas fiscais relativas à prestação de serviços com terceiros (empreiteiras), que será pago após o término e aprovação da obra pela administração da Sociedade.

17. TAXA DE FISCALIZAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo de R\$ 713 (R\$ 660 em 31 de dezembro de 2008) é representado pela verba da fiscalização paga mensalmente, desde o início da concessão em 15 de fevereiro de 2008, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA

A Sociedade possui reclamações judiciais pendentes de resolução correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam ocorrer relativas às referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afetará significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo das provisões para contingências durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 é conforme segue:

	<u>2008</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>2009</u>
Processos cíveis	-	56	14	42
Processos trabalhistas	-	196	-	196
Processos tributários	-	<u>212</u>	-	<u>212</u>
Total	-	<u>464</u>	<u>14</u>	<u>450</u>

A Sociedade é parte em processos cíveis ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível pelos seus advogados, para os quais não foi constituída provisão para contingências. Tais processos montam em R\$ 136, em 31 de dezembro de 2009.

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante, no montante de R\$ 5.470, referem-se a discussões judiciais cíveis, para as quais não há provisão registrada, em virtude de os respectivos riscos serem classificados como possíveis ou remotos.

19. OUTRAS CONTAS A PAGAR

O saldo em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 estão representados por:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Desapropriações (a)	8	3.065
Verba devida a polícia federal rodoviária	-	907
Recursos para desenvolvimento tecnológico (b)	-	377
Outros	<u>334</u>	<u>433</u>
Total	<u>342</u>	<u>4.782</u>

- (a) Referem-se à obrigações a pagar decorrentes dos processos cíveis de desapropriações de terrenos ao longo da rodovia concedida, já previstas no contrato de concessão.
- (b) Referem-se à obrigações a pagar decorrentes de projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, em pesquisas de interesse da Concessão, de acordo com a regulamentação da ANTT. Esta verba deverá ser corrigida com o mesmo índice da Tarifa Básica de Pedágio.

20. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas do mesmo ramo. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte de nossa auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2009, as coberturas de seguro são resumidas como seguem:

<u>Modalidade de seguro</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos	Riscos patrimoniais / Perda de Receita	165.000
	Responsabilidade civil	20.100
Seguro garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	100.005

21. CAPITAL SOCIAL

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2009 está representado por 68.001.003 (56.001.003 em 2008) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme segue:

	<u>Participação acionária</u>	<u>Número de ações subscritas</u>	<u>Numero de ações integralizadas</u>
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	<u>100%</u>	<u>68.001.003</u>	<u>68.001.003</u>
Total	<u>100%</u>	<u>68.001.003</u>	<u>68.001.003</u>

O estatuto da concessionária prevê a distribuição de dividendos mínimos anuais obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações. O início da distribuição dos dividendos, conforme contrato de concessão, está condicionado à finalização das principais obras da concessão, previsto para o exercício de 2011.

Em 12 de março de 2009 através da Ata de Assembléia Geral Extraordinária houve integralização de capital no montante de R\$ 7.000 mil correspondentes ao mesmo número de ações, ordinárias nominativas.

Em 15 de abril de 2009 através da Ata de Assembléia Geral Extraordinária houve integralização de capital no montante de R\$ 5.000 mil correspondentes ao mesmo número de ações, ordinárias nominativas.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, a Sociedade não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e CDI sobre seus saldos de empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2009 a administração efetuou análise sensitiva considerando um aumento ou redução de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos líquidos das aplicações financeiras.

Indicadores	Cenário I Provável	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (- 25%)	Cenário II (+ 50%)	Cenário III (- 50%)
CDI (a)	8,75%	10,94%	6,26%	13,13%	4,38%
TJLP (b)	6%	7,5%	4,5%	9,0%	3,0%
Juros a Incorrer	<u>16.886</u>	<u>21.108</u>	<u>12.665</u>	<u>25.329</u>	<u>8.443</u>

c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Sociedade a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa e bancos, aplicações financeiras, cauções contratuais e contas a receber.

A Sociedade mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha aprovadas pela Administração de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, a Sociedade, apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$ 3.738 e R\$ 86, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico, de pagamento de pedágio - "Sem Parar", registrados na conta "Contas a receber".

A Sociedade possui uma carta de fiança firmada por instituição financeira classificada como de primeira linha (informação não auditada pelos auditores independentes) para garantir a arrecadação do contas a receber com a CGMP.

d) Valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros

O valor contábil e o valor justo dos instrumentos financeiros da Sociedade em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 representam o valor justo, uma vez que a natureza e característica das condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis. Os saldos elegíveis são ajustados a valor presente. A Sociedade não opera com instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

23. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Receitas financeiras:		
Receita sobre aplicação financeira	1.096	1
Outras receitas	<u>61</u>	<u>-</u>
Total	<u>1.157</u>	<u>1</u>
Despesas financeiras:		
Atualização monetária sobre operações financeiras	9.242	-
Atualização monetária sobre operações mútuo	7.517	32
Outras despesas	<u>1.521</u>	<u>-</u>
Total	<u>18.280</u>	<u>32</u>

24. COMPROMISSOS

Os compromissos firmados pela Sociedade são integralmente relacionados à concessão da rodovia BR 381-MG/SP, sendo os principais os seguintes:

- a) Recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual a título de verba de fiscalização foi de R\$ 8.252. Até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$ 206.110, em valores de dezembro de 2009, conforme determinado no contrato de concessão.

A verba de fiscalização será corrigida com o mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio.

- b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de dos custos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- c) Não cabe durante a concessão nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no Leilão.
- d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme Capítulo III, do Título V, do Edital do Leilão.
- e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos dos seus insumos, mão-de-obra e financiamentos.
- f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do Contrato de Concessão.

- g) O estatuto social da Sociedade prevê a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do Contrato de Concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010.
- h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações financeiras à ANTT e publicá-las.

25. NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS EDITADOS EM 2009 E QUE ENTRARÃO EM VIGOR A PARTIR DE 2010

Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo CPC.

Até a data da preparação dessas demonstrações financeiras, 29 novos pronunciamentos técnicos e 12 interpretações técnicas haviam sido emitidos pelo CPC aprovados por Deliberações da CVM, para aplicação mandatória a partir de 2010. Os CPC's e ICPS's que poderão ser aplicáveis para a Sociedade, considerando-se suas operações, são:

<u>CPC</u>	<u>Título</u>
20	Custos de Empréstimos
21	Demonstração Intermediária
23	Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro
24	Evento Subsequente
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
26	Apresentação das Demonstrações Contábeis
27	Ativo Imobilizado
28	Propriedades para Investimento
30	Receitas
32	Tributos sobre o Lucro
33	Benefícios a Empregados

<u>ICPC</u>	<u>Título</u>
01	Contratos de Concessão
03	Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil
08	Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos
09	Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial
10	Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43

A Administração da Sociedade está analisando os impactos das alterações introduzidas por esses novos pronunciamentos. No caso de ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2010, a Sociedade irá avaliar a necessidade de remensurar os efeitos que seriam produzidos em suas demonstrações financeiras de 2009, para fins de comparação, caso esses novos procedimentos já estivessem em vigor desde o início do exercício a findo em 31 de dezembro de 2009.